

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Centro dividido...

A candidatura de Luciano Bivar pelo União Brasil tira de Simone Tebet a tarja de "representante da chamada terceira via". Afinal, a ideia de unir todos os partidos de centro para tentar quebrar a polarização acabou. Bivar será candidato para sedimentar o partido, e há ainda Ciro Gomes, do PDT.

...e pulverizado

Diante desse quadro de várias candidaturas, o MDB tende a seguir, em cada estado, o candidato a presidente que apresentar maior convergência aos seus projetos estaduais. Simone Tebet pode até conseguir a candidatura na convenção nacional, mas só terá apoio, de fato, se mostrar mais condições nas pesquisas.



Esse projeto do ICMS nos permitirá deixar de discutir a torzeleira do Daniel Silveira, a tatuagem da Anitta e tratar do que é importante para o Brasil"

Do deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), referindo-se à janela para discussão da reforma tributária

Imposto global...

Professor do programa de pós-graduação em ciência política da Universidade de Goiás, Francisco Tavares agitou o congresso luso-brasileiro dos auditores fiscais, em Salvador, ao defender a tributação global e lançar a ideia de uma conferência nos moldes da Rio92 com o objetivo de discutir sua aplicação, por exemplo, para as grandes empresas de tecnologia como forma de combate à desigualdade social. O assunto vem ganhando corpo no mundo dos acadêmicos.

...causa polêmica

O mediador, que deveria baixar a temperatura do debate, era o secretário executivo do Centro Interamericano de Administrações Tributárias, Márcio Verdi, que rechaça essa ideia e não conseguiu esconder a irritação: "Não vou discutir aqui utopias e ideologias", respondeu. O presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Rodrigo Spada, assumiu as vezes de cerimonialista e encerrou o painel.

Teto do ICMS vai entrar na campanha

Os bolsonaristas vão aproveitar esse embalo da aprovação do teto do ICMS dos combustíveis para dizer na campanha que, se Bolsonaro for reeleito, a tributária será votada no início do segundo mandato. Não lembrar, inclusive, que a reforma da Previdência, pendente dos governos Lula, Dilma e Temer, foi aprovada no governo de Bolsonaro. A ordem deles é dizer que, se Lula entrar, tem tanta coisa para mudar que a tributária ficará em segundo plano.

Entre os técnicos ligados aos mais diversos partidos, porém, a aprovação do projeto que estabelece o teto do ICMS dos combustíveis foi um alerta aos defensores da reforma tributária ampla: ou eles correm para tentar buscar um ambiente político capaz de resolver a desigualdade na cobrança e na distribuição de impostos, ou novos projetos desse tipo virão. Este ano, no entanto, a votação da reforma já foi atropelada pelo calendário eleitoral. No ano que vem, independentemente de quem for eleito, eles querem forçar para começar por esse tema.



CURTIDAS

Michel Jesus/ Câmara dos Deputados



Troca & não troca/ Enquanto o pré-candidato do União Brasil a presidente da República, Luciano Bivar (foto), dizia que não era uma celebridade, mas seu partido tinha projeto, os comentários da live no Instagram eram na linha de "Moro presidente". Não vai ter troca de candidato.

Moro e Bolsonaro juntos?/ O deputado Ney Leprevost (União Brasil-PR) não perdeu as esperanças de ter Sergio Moro candidato ao Senado numa dobradinha com o governador Ratinho Júnior (PSD). Só tem um probleminha: Júnior hoje apoia Jair Bolsonaro, que quer distância de Moro.

Mostrou serviço/ Prestes a completar um ano, a Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo comemora o fato de ter contribuído no debate para a aprovação de 20 projetos dos 45 que integram a sua agenda legislativa. Na lista estão a MP dos cartórios, que vai digitalizar documentos e agilizar a vida do cidadão, e o marco legal de garantias, que vai auxiliar na concessão de empréstimos bancários e na redução dos juros para pessoas físicas e jurídicas. Sinal de que nem tudo é descolado do cidadão no Parlamento brasileiro, especialmente num ano eleitoral.

PODER

PGR pede que STF reconheça indulto

Órgão quer que o Supremo declare extinta a pena de Silveira, condenado à prisão pela Corte, mas perdoado por Bolsonaro

» LUANA PATRIOLINO

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados



Silveira: acusado de incitar agressão a ministros e de atentado à democracia

A Procuradoria-Geral da República (PGR) encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido para que a Corte reconheça o perdão do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) e anule a pena do parlamentar.

A manifestação, enviada ontem, foi assinada pela vice-procuradora-geral da República, Lindora Araújo. No documento, ela afirma ser preciso reconhecer os efeitos da decisão presidencial. "O decreto de indulto individual é existente, válido e eficaz, sendo que a sua repercussão jurídica na punibilidade está condicionada à necessária decisão judicial que declara extinta a pena do condenado", argumentou.

O bolsonarista Daniel Silveira foi condenado pelo STF, em 20 de abril, a oito anos e nove meses de prisão por incitar agressões a ministros e atentar contra a democracia ao defender, em vídeos, o fechamento da Corte. O Supremo também determinou a perda dos direitos políticos do parlamentar. No entanto, menos de 24 horas depois, Bolsonaro concedeu o perdão ao deputado.

Desde então, Silveira tem desafiado as decisões da Justiça ao aparecer sem torzeleira eletrônica em eventos públicos e até mesmo para dar expediente no Congresso Nacional.

Na manifestação ao STF, Lindora também pediu que sejam revogadas todas as medidas cautelares contra Silveira, o que inclui o monitoramento eletrônico, imposto ao bolsonarista a pedido

da própria PGR. Além disso, a vice-procuradora-geral da República, pede que tal revogação tenha "eficácia retroativa" à data da publicação do decreto que beneficiou o aliado do presidente, o que o isentaria de multas impostas pela falta de uso da torzeleira eletrônica.

"Em especial atenção à medida cautelar de pena de multa diária, no valor de R\$ 15 mil, verifica-se que o seu montante global, considerada sua incidência até a presente data, já se aproxima de R\$ 1 milhão, o que ultrapassa consideravelmente a própria pena de multa do provimento final no valor estimado de R\$ 212 mil", frisou Lindora. "A alta gravidade e intensidade dessa medida cautelar violam o princípio da proporcionalidade, já que configuram excesso à restrição de

direitos fundamentais do condenado, não estando em equilíbrio com o interesse da efetividade do processo, o que demanda seja revogada", registrou.

Ações

A PGR já havia dado um outro parecer favorável a Silveira, no âmbito das ações que contestam a constitucionalidade do perdão dado por Bolsonaro ao aliado. Quatro partidos questionaram o decreto. As legendas viram "nítido desvio de finalidade" e "desrespeito ao princípio da separação dos Poderes".

No âmbito de tal ação, o procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou que o decreto de graça "é ato político da competência privativa do presidente". (Com Agência Estado)

Informe Publicitário

Brasília
Ano IV - nº 568

3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

www.ciee.org.br

App Meu CIEE já está disponível para o seu smartphone

Você e milhões de jovens e estudantes agora podem baixar o App Meu CIEE em seus smartphones! O aplicativo já está disponível na App Store e Google Play de forma gratuita, e vai aproximar os candidatos das melhores oportunidades de estágio e aprendizagem para seus perfis.

o APP tá ON!
Baixe agora o Meu CIEE

Google play | App Store

Por meio do nosso aplicativo é possível ter acesso a vagas, descobrir o seu perfil comportamental, editar o seu perfil no CIEE e muitas outras novidades. Quer saber mais sobre o aplicativo? Confira o QR Code abaixo:

Traga a sua vaga de **Estágio ou Aprendizagem** para o CIEE

www.ciee.org.br | 3003-2433